

A PARTICIPAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL 2017 DAS ESCOLAS DA SEGUNDA ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL DO ESTADO DO AMAPÁ

Júlio César das Neves Amaral*

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise das situações de participação e publicação dos resultados de escolas públicas estaduais e municipais da segunda etapa do ensino fundamental, tendo em vista levantar hipóteses sobre a influência dos critérios de seleção das avaliações em larga escala para o estado do Amapá. A referência para um estudo quantitativo com o propósito de obter uma interpretação qualitativa desse contexto utiliza dados secundários das edições do Saeb dos anos de 2017 e 2019. Considerou-se as quantidades de municípios e escolas amapaenses previstas, subdivididas em participantes e não participantes. A insuficiência de alunos participantes registra maior impacto entre as edições investigadas para as escolas da administração municipal. Os critérios de maior efeito proporcional estão relacionados à situação de não-participação nas provas e ocorrem no nível das escolas administradas pelo Estado e no conjunto de escolas estaduais e municipais. O cenário observado sugere a necessidade de envolvimento progressivo de escolas e cidades no processo Saeb, considerando que a ampliação da participação escolar faz supor um número cada vez maior de alunos e um reflexo no aumento dos índices de proporcionalidade na participação em avaliações de larga escala. Esse tipo de avanço pode contribuir para a qualificação da gestão escolar e do trabalho pedagógico docente e ampliar a percepção da equidade desejada aos resultados educacionais da educação básica desenvolvida em território amapaense.

Palavras-chave: Participação Prova Brasil. Divulgação de Resultados. Ensino fundamental.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um estudo da situação de envolvimento dos municípios do estado do Amapá na realização de testes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nos anos de 2017, tendo como referência a edição de 2019. O estudo propõe investigar a conjuntura de participação e divulgação dos resultados de escolas públicas estaduais e municipais, entre urbanas e rurais, tendo como recorte a segunda etapa (6º ao 9º ano) do ensino fundamental. Tem-se como foco realizar uma análise quantitativa da presença nos testes e da publicação do produto dessa participação para fins de obtenção de uma

* A pesquisa que originou este artigo foi desenvolvida no contexto de conclusão do curso de especialização em Estatística e Avaliação Educacional, oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), realizado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED/UFJF) em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O autor é professor de Matemática, especialista em Educação Matemática e atua pelo Núcleo de Formação Continuada (NUFOC) da Secretaria de Estado da Educação do estado do Amapá (SEED/AP), desenvolvendo suas atividades no Centro de Valorização da Educação (CVEDUC). E-mail para contato: jna260@gmail.com.

interpretação qualitativa sobre a influência dos critérios de seleção das escolas ao processo. Para confrontar, avaliar e estabelecer hipóteses que sustentem explicações sobre a situação da participação amapaense foram utilizados dados secundários reunidos e organizados sempre em uma mesma tabela. A partir da posse dos dados, a proposta de investigação configurou-se em análise quantitativa para obtenção de uma interpretação qualitativa. A esse respeito, conforme Gatti (2004, p. 13), “há problemas educacionais que para sua contextualização e compreensão necessitam ser qualificados através de dados quantitativos”. Nessa mesma linha, Júnior, Novi e Ferreira (2016, p. 220) afirmam que “a investigação qualitativa tenta preencher os ‘espaços vazios’ deixados pelos modelos estatísticos”.

A necessidade de investigação do cenário participativo nas avaliações de larga escala é sinalizada por autores como Bauer, Pimenta, Neto e Sousa (2015), quando supõem que a não participação de municípios brasileiros é decorrente das regras estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para a sistemática de aplicação das provas. Por conseguinte, Welter (2016) chama a atenção para a dinâmica de inclusão política do estudante no sistema de ensino e sua posterior exclusão do processo de avaliação em larga escala por políticas avaliativas que, segundo a autora, restringem a participação do aluno através de regulamentos. Mais recentemente, alterações normativas foram feitas pelo MEC/Inep para não inviabilizar ou invalidar todo o processo avaliativo do 5º e 9º anos. A taxa mínima de 10 alunos matriculados no último ano de cada etapa do ensino fundamental garante a amostra de alunos participantes. Por conseguinte, a presença de pelo menos 80% do número de matrículas informadas pela escola ao último Censo Escolar permite que as escolas envolvidas tenham seus resultados divulgados. Em princípio, essa tentativa de ampliar a quantidade de municípios e escolas participantes requer algum acompanhamento de categorias educacionais, pesquisadores e estudiosos.

A partir da participação no Saeb, seguida da publicação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), as escolas públicas podem utilizar os resultados das avaliações para a qualificação da gestão escolar e do trabalho pedagógico, por exemplo. No âmbito da administração pública, no entanto, Rosistolato, Prado e Martins (2018) mostram que há falta de conhecimento técnico dos profissionais de escola no uso e interpretação dos dados das avaliações em larga escala, sendo este um dos motivos para a não aceitação pela municipalidade das políticas educacionais decorrentes. Os autores sugerem que o advento de sistemas próprios de avaliação poderia ajudar a equilibrar a percepção e a aceitação dos atores educacionais em relação à avaliação da Prova Brasil. Por sua vez, Soares, Razo e Farinas

(2006), lembram acerca da participação da comunidade no processo escolar, considerando-a como uma das diferenças entre as educações de escolas dos meios urbano e rural. Os autores fazem pensar a avaliação em larga escala também como parte influenciadora do cotidiano escolar na progressão do aprendizado. Nessa perspectiva, este trabalho pode contribuir para algum aperfeiçoamento da participação do Amapá nas subseqüentes edições do Saeb. Tem-se em conta que a presença física dos estudantes ocorre proporcionalmente à progressiva participação de escolas existentes em todos os municípios amapaenses. Nesse contexto, a verificação da presença massiva de escolas, para mais do que validar a participação, é condição primeira na garantia de existência de resultados aplicáveis (ou não) no levantamento de evidências sobre a efetividade das etapas da educação básica, seja no estado do Amapá ou em qualquer ente federativo.

Atente-se para o fato de que esta pesquisa apresenta limitações quando: (i) não são analisados os fatores específicos associados à aprendizagem dos alunos; (ii) é desconsiderado se o que foi observado vale para edições do Saeb de anos anteriores; (iii) e não há um exame das condições de participação das escolas e alunos. O foco a partir da edição específica do ano de 2017, que antecede ao novo processo Saeb iniciado em 2019¹, tem a finalidade de lidar com o quantitativo de municípios e escolas participantes nesse período de edições. Pretende-se refletir sobre o contexto de indicadores de participação de municípios, escolas e estudantes, que pode ser utilizado em ações de gestão pública que tenham como base os resultados alcançados. Trata-se de promover o envolvimento das administrações municipais e escolares nas consecutivas avaliações externas de larga escala, sejam elas de âmbito nacional ou realizadas por sistemas próprios.

O estado do Amapá figura como mobilizador do interesse desta investigação devido à importância da qualificação para o trabalho pedagógico e de gestão escolar, que exige uma observação atenta da qualidade da formação dos atores educacionais. Acredita-se que o âmbito das avaliações externas favorece a produção e uso de informações para as políticas educacionais que se fazem necessárias (RIETHER; RAUTER, 2000; JÚNIOR; NOVI, 2015; LACRUZ; AMÉRICO; CARNIEL, 2019). Em sentido amplo, o aproveitamento desse contexto avaliativo é precedido pela aproximação entre políticas e práticas educacionais (MACNEELY, 2012). Um exemplo disso seria a realização de uma administração pública voltada para a progressão contínua da trajetória estudantil (SCHWARTZMAN, 2009) e

¹ O MEC/Inep, em Diário Oficial da União (DOU nº 83, Seção 1, pág. 47), publicado em 02 de maio de 2019, extinguiu as siglas Ana (Avaliação Nacional da Alfabetização), Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica) e Anresc/Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), que passaram a ser identificadas exclusivamente pela sigla Saeb, entre outras alterações.

fundamentada na coleta de dados orientadores das decisões sobre esse histórico escolar (VIANNA, 1989). Assim, em campo mais restrito, a indispensável diligência no uso de resultados de avaliações pode possibilitar o desenvolvimento formativo de gestores, professores e alunos.

O estabelecimento de relações entre as variações da situação de participação e publicação de resultados dos municípios e escolas no Saeb utiliza os registros feitos em planilhas eletrônicas que disponibilizam o Ideb observado de 2005 a 2019 (INEP, 2020a).

A seção seguinte inicia apresentando um conjunto de circunstâncias que orientaram inicialmente o desenvolvimento deste texto, trazendo na primeira subseção algumas considerações pontuais em relação ao contexto de aplicação da sistemática estabelecida ao longo dos anos para a realização do Saeb e divulgação dos resultados do Ideb. A abordagem utilizada tenta esclarecer a forma como algumas alterações normativas de aplicação dos testes aparentemente acompanharam as mudanças nos percentuais populacionais de municípios considerados pequenos e seguiram uma perspectiva de ampliação da participação municipal, de escolas e sistemas próprios de avaliação. A segunda subseção traz uma análise comparativa dos valores do Ideb e da situação de participação e de divulgação de resultados de escolas municipais e estaduais dos anos finais do ensino fundamental por município amapaense, tendo como referência temporal desse processo os registros relacionados ao ano de 2019. Depois, apresenta observações sobre as quantidades escolares distribuídas por dependência administrativa. Por fim, são apresentadas considerações finais acerca das hipóteses sobre o alcance das consequências de exclusão de escolas e da falta de acesso aos resultados do Saeb.

2. PARTICIPAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS NO SAEB 2017-2019

2.1. SOBRE OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1988, através do Inep, o Saeb reúne um conjunto de avaliações externas à escola, padronizadas e em larga escala, cumprindo com seu principal objetivo de estimular e manter o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas educacionais no Brasil (INEP, 2007). Os dados coletados são disponibilizados pelo MEC/Inep para serem utilizados pelas diversas instâncias educacionais.

A partir de 2005, depois que também passou a realizar a Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar (Anresc), conhecida do público pelo nome de Prova Brasil, o Saeb permitiu mensurar a qualidade da educação, intensificando a atenção da sociedade para

os resultados de desempenho dos alunos nas avaliações (PONTES, s/d). Desde então, a Prova Brasil faz parte do diagnóstico da educação básica, por medir de maneira censitária e amostral os resultados das provas e identificar possíveis fatores de interferência interna e externa no desempenho escolar. Enquanto instrumento de aferição da qualidade, a divulgação dos resultados dos desempenhos na Prova Brasil permitiu a comparação entre escolas públicas de ensino fundamental dos municípios, como consequência de um dos tipos de uso acerca das avaliações: o de informar a população (BROOKE; CUNHA, 2011).

Por ocasião da ampliação do ensino para nove anos, ocorrido em 2006, e do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, realizado em 2007, a segunda etapa da educação básica, que constitui o objeto desta pesquisa, passou a ter metas estabelecidas para a melhoria da qualidade e seus resultados passaram a integrar a determinação do Ideb (FRESNEDA, 2016). No cálculo do índice são considerados os desempenhos dos alunos, obtidos nas provas de Língua Portuguesa (com foco em leitura) e Matemática (voltada para a resolução de problemas), combinados com os indicadores do Censo Escolar, que informam sobre o fluxo escolar dos estudantes das escolas participantes, conforme Alexandre (2015). A partir do surgimento do Ideb, houve aumento em mais da metade (cerca de 58%) da quantidade de sistemas estaduais de avaliação em larga escala (BROOKE; ALVES; OLIVEIRA, 2015), ampliando a possibilidade de adesão da municipalidade ao processo Saeb. A mesma época é marcada por uma redução de trinta para vinte no número de alunos a serem avaliados por turma dos últimos anos de cada etapa do ensino fundamental, resultando na inclusão de cerca de quatrocentas áreas administrativas municipais (BONAMINO; SOUSA, 2012).

Ainda que o Ideb seja calculado periodicamente a partir dos dados de aprovação dos estudantes em suas trajetórias escolares e das médias de resultados na avaliação do Saeb, para a maioria dos estados brasileiros, ao longo de quase trinta anos, as metas estabelecidas para o ensino fundamental foram mais frequentemente atingidas na etapa inicial (ALVES; FERRÃO, 2019). A esse respeito, para o ano de 2017, o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 acusa que 4.160 municípios brasileiros (74,7%) não obtiveram êxito nesse índice para a segunda etapa (Todos pela Educação, 2019). A publicação destaca Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Sergipe, Amapá e Roraima como os estados com mais de 90% de seus municípios abaixo das metas projetadas para seus respectivos índices.

Apesar de estar em ritmo lento de crescimento quanto ao Ideb, em comparação com os anos iniciais do ensino fundamental, a segunda etapa vem sendo impulsionada pelos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Pernambuco e Piauí, que atingiram o índice das metas

projetadas para os anos de 2017 e 2019, seguidos por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia (2017) e Paraná (2019), conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Ideb dos anos finais de escolas municipais e estaduais do ensino fundamental brasileiras por ente federativo 2017 e 2019

Entes Federativos	Ideb Observado		Metas	
	2017	2019	2017	2019
ACRE	4,6	4,8	4,9	5,1
ALAGOAS	3,9	4,5	3,8	4,1
AMAPÁ	3,5	3,8	4,9	5,2
AMAZONAS	4,4	4,5	4,1	4,3
BAHIA	3,4	3,8	4,1	4,3
CEARÁ	4,9	5,2	4,3	4,6
DISTRITO FEDERAL	4,3	4,6	4,8	5,0
ESPÍRITO SANTO	4,4	4,7	5,0	5,2
GOIÁS	5,1	5,1	4,8	5,0
MARANHÃO	3,7	4,0	4,3	4,6
MATO GROSSO	4,7	4,5	4,4	4,7
MATO GROSSO DO SUL	4,6	4,6	4,6	4,9
MINAS GERAIS	4,5	4,7	5,0	5,3
PARÁ	3,6	3,9	4,7	4,9
PARAÍBA	3,6	3,9	4,0	4,2
PARANÁ	4,7	5,1	4,8	5,1
PERNAMBUCO	4,1	4,5	3,8	4,1
PIAUÍ	4,2	4,6	4,2	4,5
RIO DE JANEIRO	4,2	4,4	4,7	5,0
RIO GRANDE DO NORTE	3,4	3,6	4,0	4,3
RIO GRANDE DO SUL	4,4	4,5	5,1	5,4
RONDÔNIA	4,8	4,8	4,6	4,9
RORAIMA	4,0	4,1	4,7	5,0
SANTA CATARINA	5,0	4,9	5,6	5,8
SÃO PAULO	4,9	5,2	5,3	5,6
SERGIPE	3,4	3,6	4,2	4,5
TOCANTINS	4,5	4,5	4,8	5,1
Total	4,7	4,9	5,0	5,2

Fonte: Inep/Ideb (INEP, 2020a)

Nota: As marcações em cinza identificam os índices dos estados que atingiram a meta.

No ano de 2017 o estado amapaense tinha expectativa de participação de 233 escolas de ensino fundamental e médio². Em 2019, a previsão aumentou para 236 unidades de ensino

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/mais-de-23-mil-alunos-do-amapa-serao-avaliados-na-prova-brasil-2017.ghtml>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

(incluindo turmas para a primeira aplicação da prova aos alunos do 2º ano)³. De acordo com os números divulgados, no período de dois anos houve pouca variação (acréscimo de 1,29%) na expectativa do governo local pela participação de escolas no processo Saeb. Esse tipo de ocorrência supõe um reforço à baixa presença das escolas amapaenses nos testes.

Ainda assim, é possível que um aperfeiçoamento das participações estadual, municipal e escolar nas edições do Saeb tenha iniciado no ano de 2019 através da criação do Programa de Aprendizagem do Amapá (PAAP), que focou no alfabetismo a partir da prática de letramento pelo professor. Por consequência desse movimento, ao final do mesmo ano criou-se o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Amapá (SISPAEAP)⁴, cuja primeira experiência foi desenvolvida a partir do levantamento do nível de alfabetização das crianças dos anos iniciais. Tais iniciativas são recentes e ainda não alcançaram os anos finais do ensino fundamental, mas parecem representar a possibilidade de desenvolvimento de um sistema próprio de avaliação da educação como consequência da expansão das propostas do Saeb.

Enquanto as avaliações de larga escala ampliavam seu alcance no território nacional, a maioria dos municípios brasileiros, com população de até vinte mil habitantes, passou a apresentar uma diminuição proporcional de sua população, que foi registrada entre os anos de 2016 e 2017 e em 2019, segundo o IBGE⁵. Em meio a essa tendência de redução populacional, a edição da Prova Brasil/Saeb de 2017, através da Portaria nº 564, de 19 de abril de 2017⁶, em seu Artigo 6º, diminuiu de 20 para 10 a quantidade mínima de alunos participantes por escola e matriculados no ano de estudo avaliado. Com base nessa alteração, o documento específico do processo Saeb 2017 (Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017), além de alterar a exigência do mínimo de 20 para 10 alunos matriculados nos 5º e 9º anos e presentes no momento de aplicação das provas, também reduziu de 80% para 50% a taxa mínima de participantes nas provas (de acordo com o número de matrículas informadas por

³ Disponível em: <<https://seed.portal.ap.gov.br/noticia/2110/alunos-de-236-escolas-da-rede-estadual-vaio-fazer-a-avaliacao-nacional-da-educacao-basica>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

⁴ Disponível em: <<https://www.amapa.gov.br/noticia/0112/programa-crianca-alfabetizada-completa-1-ano-celebrando-conquistas-para-estudantes-e-educadores-nbsp->>. Acesso em: 11 dez. 2020.

⁵ No Brasil, 15,2% da população brasileira reside em municípios com até 20 mil habitantes, que apresentam maior proporção de redução populacional. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-08/ibge-1378-municipios-apresentam-reducao-de-populacao-entre-2016-e-2017>>. Acesso em: 26 set. 2020.

Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releas/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>>. Acesso em: 26 set. 2020.

⁶ A Portaria nº 482 (de 7 de junho de 2013) vinha sendo utilizada para tratar da sistemática de realização de avaliações do Saeb, em subsequentes edições de provas, e foi alterada pela Portaria nº 564 (de 19 de abril de 2017). Tais alterações constam na Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017 (Diário Oficial da União – DOU nº 99, de 25 de maio de 2017, Seção 1, pág. 21.), que dispõe sobre a edição de 2017.

cada escola ao Censo Escolar, conforme Artigo 19, Incisos I e II)⁷. As últimas diretrizes para a realização do Saeb do ano de 2019 (Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019)⁸, manteve em 10 o mínimo de alunos presentes nos anos avaliados, mas aumentou para 80% a taxa de participação por etapa de ensino avaliada na escola.

Cada uma das duas últimas edições do Saeb (2017 e 2019) representam o antes e o depois do início do mais recente estágio de implementação de novas configurações de aplicação do Saeb⁹, mas sem alterações nos critérios de participação e divulgação dos resultados para escolas e etapas avaliadas. As normas de participação exigem que a escola tenha 10 ou mais alunos matriculados na etapa de ensino avaliada. Essa mesma necessidade é repetida para estados e municípios, mas a presença exigida para o Saeb 2017 é de 50% do quantitativo de matriculados, e de 80% para o Saeb 2019.

O Quadro 1 resume a cronologia de mudanças desses requisitos no período pesquisado.

Quadro 1 – Critérios de seleção de escolas públicas de ensino fundamental como participantes das avaliações do Saeb – Brasil – 2017 e 2019

2017	2019
Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017 (DOU de 25/05/2017, nº 99, Seção 1, p. 21)	Portaria nº 336, de 29 de abril de 2019 (DOU de 02/05/2019, nº 83, Seção 1, p. 47)
Critérios de Participação	
Escola com 10 ou mais alunos matriculados na etapa de ensino.	
Critérios de Divulgação	
Escola e etapa de ensino que participam com pelo menos: a) 10 alunos presentes no momento da prova; b) 80% dos alunos matriculados.	
Estado e município que participam com o mínimo de: a) 10 alunos presentes no momento da prova; b) 50% dos alunos matriculados.	Estado e município que participam com o mínimo de: a) 10 alunos presentes no momento da prova; b) 80% dos alunos matriculados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em normas de realização do Saeb (INEP, 2017; 2019b).

Outros aspectos sobre as normas de exclusão são trazidas em Notas Técnicas (INEP, 2018c; 2019a) que descrevem a População de Interesse (ou população alvo) como aquela que o Saeb pretende avaliar, formada por estudantes de 5º e 9º anos, turmas de ensino

⁷ Com relação à alteração do percentual necessário para divulgação dos resultados, definido com base no número de matrículas informadas pela escola ao Censo Escolar, medida semelhante já havia sido feita nos testes do ano de 2015. Na época, em tempo para a divulgação dos resultados, os critérios foram revisados e o mínimo de 80% foi alterado administrativamente para 50% (INEP, 2018a, p. 14), permanecendo essa mesma taxa para as provas de 2017.

⁸ Editada no Diário Oficial da União-DOU de 02/05/2019, nº 83, Seção 1, p. 47.

⁹ Para saber mais sobre o período histórico de evolução da “nova avaliação” até o “novo Saeb”, acesse: <<http://inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico>>.

fundamental e médio e escolas públicas urbanas e rurais. O documento define a população que efetivamente participará da pesquisa do Saeb, chamada de População de Referência, a partir do público-alvo. Na prática, para compor o grupo de elementos (estudantes, turmas e escolas) que define a População de Referência, os integrantes são configurados de forma censitária (ou amostral, no caso da rede privada de ensino). Pela via das normas estabelecidas para o processo são feitas exclusões de algumas turmas em condições específicas de não participação. Assim, esses elementos são considerados aptos a serem efetivamente avaliados.

De acordo com a Portaria nº 447 (INEP, 2017), os critérios para a exclusão de turmas e decorrente composição da população de referência permite reduções na população de interesse, de onde são excluídas escolas com menos de 10 matrículas em cada uma das etapas de 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª ou 4ª série do ensino médio (Art. 3º). Também são retiradas escolas exclusivas com turmas multisseriadas e correção de fluxo, educação especial exclusiva, educação de jovens e adultos, ensino médio normal/magistério, escolas indígenas sem ensino de língua portuguesa, matrículas em turmas multisseriadas e correção de fluxo (Art. 5º), além de escolas que tenham realizado o preenchimento do Censo da Educação Básica 2016 e preenchido corretamente os dados declarados ao Censo Escolar 2017 (Art. 6º).

A seguir, tem-se os números da população alvo e população de referência para o 9º ano do ensino fundamental no Saeb do ano de 2017 (INEP, 2018c), obtidos a partir das diminuições normativas realizadas na população de interesse, e o esboço do quantitativo de matrículas e de turmas e escolas selecionadas. A evolução dos números de participantes do processo de seleção pode ser verificada em comparação com as quantidades registradas no Saeb 2019 (INEP, 2019a).

A Tabela 2 mostra que o quantitativo de matrículas da população de referência do 9º ano, apta a participar do Saeb 2017, reuniu 84,91% do total da população de referência. No entanto, no processo Saeb 2019, o número de estudantes selecionados nessa etapa diminuiu para 46,12%, apresentando um número de matrículas 48,29% menor. Conforme as citadas Notas Técnicas do Saeb, tal redução da população de referência da etapa do 9º ano na edição de 2019, em relação à aplicação de 2017, foi provocada pelo altíssimo aumento no número de matrículas em turmas multisseriadas e correção de fluxo escolar. Por consequência da variação de 412,28% (ou acréscimo de 5.001 para 25.618 matrículas) no período, ocorreu também diminuição da quantidade de turmas em 50,83% (redução de 83,91% para 43,11%) e de 54,94% das escolas (diminuição de 78,35% para 35,70%).

Tabela 2: Quantitativo das populações de interesse e de referência para o 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas estaduais e municipais – Brasil – Saeb – 2017 e 2019

	Matrículas		Turmas		Escolas	
	2017	2019	2017	2019	2017	2019
População-alvo ou de Interesse ⁽¹⁾	2.812.998 (100%)	2.702.651 (100%)	110.129 (100%)	107.678 (100%)	56.543 (100%)	56.493 (100%)
População de Referência ⁽²⁾⁽³⁾	2.756.508 (97,99%)	2.624.438 (97,11%)	101.134 (91,83%)	96.791 (89,89%)	48.815 (86,33%)	48.278 (85,46%)
População de Referência do 9º ano das escolas públicas ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	2.340.549 (84,91%)	1.210.339 (46,12%)	84.860 (83,91%)	41.729 (43,11%)	38.248 (78,35%)	17.235 (35,70%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em notas técnicas do Saeb (INEP, 2018c; 2019a).

Notas: ⁽¹⁾ Conjunto de estudantes, turmas e escolas de 9º ano que se pretende avaliar.

⁽²⁾ Conjunto de estudantes, turmas e escolas de 9º ano que efetivamente serão avaliados.

⁽³⁾ A população de referência é definida pela exclusão de situações específicas da população-alvo.

⁽⁴⁾ Recorte da população de referência para esta pesquisa.

⁽⁵⁾ Valores excluem escolas privadas e públicas federais e utilizam o Censo Escolar de 2017.

Na atualidade, desde a edição de 2019 o processo Saeb encontra-se reformulado, com previsão de avaliações anuais de escolas públicas e privadas voltadas para todos os anos escolares e áreas de conhecimento¹⁰. Nessa nova configuração estão previstas seis fases avaliativas correspondentes à creche; pré-escola; 2º ano, 5º ano e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio; os resultados de desempenho estudantil, que até 2017 foram relacionados à “Prova Brasil”, continuam sendo obtidos na quarta e quinta etapas – 5º e 9º anos, respectivamente¹¹.

Depois da aplicação das provas são calculados os níveis de desempenho e médias dos alunos de escolas que permaneceram no processo. Os resultados obtidos são tornados acessíveis ao público para o alcance de gestores políticos, educacionais e escolares.

Na subseção seguinte, detalha-se a situação de participação e divulgação dos resultados de municípios e escolas amapaenses.

2.2. SOBRE A PARTICIPAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

A Tabela 3 mostra que no ano de 2017 o estado do Amapá apresentou 15 municípios com a meta do Ideb calculada. Uma única cidade não teve seu Ideb calculado em 2017 devido à insuficiência de participantes no Saeb, seja porque nenhuma escola apresentou pelo menos dez estudantes no momento de aplicação da prova ou agrupou o mínimo de 50% dos

¹⁰ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-se-prepara-para-implantacao-do-novo-saeb-em-2021/21206>. Acesso em: 18 dez. 2020.

¹¹ Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-sera-reformulado-em-2019/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

estudantes matriculados, conforme foram declarados os dados ao Censo Escolar da Educação Básica 2017. Na edição de 2019, esse número diminuiu para 13 cidades. A redução corresponde a 13,33%, no período. Apesar de nenhum município alcançar os valores das metas do Ideb nos dois anos em questão, 12 deles (ou 75%) tiveram seus índices aumentados mas, devido à pouca evolução, os valores não tiveram proximidade com as metas projetadas para as duas edições. A coluna à direita apresenta as quantidades de escolas com Ideb alcançado.

Tabela 3: Ideb dos anos finais de escolas municipais e estaduais do ensino fundamental por município – Amapá – total – 2017 e 2019

Município	Ideb Observado		Meta Projetada		Nº de escolas com Ideb alcançado			
	2017	2019	2017	2019	Estadual		Municipal	
					2017	2019	2017	2019
Amapá	2.8	3.4	4.4	4.6	0	1	**	**
Calçoene	2.8	3.2	4.5	4.8	0	0	0	0
Cutias do Araguari	2.5	*	4,8	5,1	0	1	**	**
Ferreira Gomes	3.3	*	4,5	4,8	0	0	0	0
Itaubal	2.9	3.0	3,9	4,2	0	0	**	**
Laranjal do Jari	3.2	3.5	5,2	5,4	0	0	0	0
Macapá	3.6	3.8	5,1	5,3	2	3	1	0
Mazagão	*	3.1	4,5	4,8	0	0	**	**
Oiapoque	3.3	3.6	5,1	5,4	0	0	0	1
Pedra Branca do Amapari	3.2	3.5	5,2	5,4	0	1	**	**
Porto Grande	3.6	3.9	4,8	5,1	0	0	0	0
Pracuúba	2.7	2.8	4,8	5,0	0	0	**	**
Santana	3.7	4.0	5,2	5,5	0	1	1	0
Serra do Navio	3.1	*	5,2	5,4	1	0	**	**
Tartarugalzinho	3.1	3.6	4,7	4,9	0	1	**	**
Vitória do Jari	3.7	3.8	5,1	5,3	1	0	0	0
Total	3,5	3,8	4,9	5,2	4	8	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Inep/Ideb (INEP 2020a).

Nota: * Município sem resultados divulgados devido à insuficiência de participantes no SAEB.

** Município não possui escolas municipais.

O conjunto de escolas estaduais e municipais reuniu 6 estabelecimentos de ensino com a meta do Ideb atingida em 2017 e 9 na edição seguinte. Essa variação significou o aumento de um terço (33,33%). A maior quantidade de índices alcançados no período refere-se às escolas estaduais, que saltou de 4 para 8 no período (aumento de 100%), enquanto as escolas municipais foram representadas pela redução de 2 para 1 (decréscimo de 100%) no número de unidades escolares. Note que há baixa quantidade de escolas no âmbito municipal, que pode

ser atribuída ao fato de que a metade exata dos municípios amapaenses não indica a existência de escolas municipais com 9º ano do ensino fundamental

A Tabela 4 traz o quantitativo de escolas municipais e estaduais dos anos finais do ensino fundamental por dependência administrativa e situação de participação e divulgação de resultados do Saeb/Ideb das edições pesquisadas. No ano de 2017, do total de 171 escolas previstas, 142 estiveram de fato presentes no momento dos testes, sendo 65 escolas sem divulgação por não alcançarem o número exigido de alunos, 77 com resultados divulgados e 29 não participaram por ausência ou não atendimento aos critérios estabelecidos. Em relação ao mesmo total (171), 149 escolas (87,13%) pertencem ao âmbito estadual – das quais 134 escolas (89,93%) atuaram no dia de aplicação dos testes e 15 (10,07%) estiveram ausentes. Das escolas que participaram, 71 (ou 52,98%) tiveram os desempenhos dos alunos divulgados, enquanto para 63 estabelecimentos de ensino (ou 47,02%) não houve publicidade dos resultados da participação no evento. No que se refere às 22 escolas municipais (12,87%), participaram 8 unidades de ensino (ou 36,36%), sendo 14 escolas ausentes (ou 63,63%). Das escolas participantes, 2 escolas (ou 25%) tiveram seus resultados publicizados, enquanto os alunos de 6 estabelecimentos (75%) não conheceram suas médias e desempenhos.

Tabela 4: Quantitativo de escolas municipais e estaduais dos anos finais do ensino fundamental por dependência administrativa e situação de participação e divulgação de resultados do Saeb/Ideb – Amapá – 2017 e 2019

Dependência Administrativa	Participação				Não Participação**		Total de Escolas Previstas	
	Sem Divulgação*		Com Divulgação		2017	2019	2017	2019
	2017	2019	2017	2019				
Municipal	2 (9,10%)	3 (13,04%)	6 (27,27%)	5 (21,74%)	14 (63,63%)	15 (65,22%)	22	23
Estadual	63 (42,28%)	45 (28,12%)	71 (47,65%)	95 (59,38%)	15 (10,07%)	20 (12,5%)	149	160
Total***	65 (38,01%)	48 (26,23%)	77 (45,03%)	100 (54,64%)	29 (16,96%)	35 (19,13%)	171	183

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Inep/Ideb (INEP, 2020a).

Nota: * Escolas sem resultados divulgados devido à insuficiência de participantes no Saeb.

** Escolas que não participaram ou não atenderam aos requisitos do Saeb.

*** Percentuais calculados em relação ao total correspondente de escolas previstas no Saeb.

No ano de 2019, de todas as 183 escolas esperadas para participarem, 148 participaram e foram distribuídas em 48 estabelecimentos sem divulgação, enquanto 100 unidades de ensino conheceram os resultados de seus alunos. Desse mesmo total (183), 160

escolas (ou 87,43%) são estaduais e 23 (ou 12,57%), municipais. Do âmbito estadual participaram 140 escolas (ou 87,5%) e 20 (12,5%) foram ausentes. Das escolas participantes, 45 (32,14%) não tiveram resultados divulgados, enquanto 95 (67,86%) estabelecimentos puderam conhecer seus resultados. O mesmo não ocorreu para os estabelecimentos municipais, que somavam 8 estabelecimentos participantes (ou 34,78% do total de 23 escolas) e 15 escolas (ou 65,22%) ausentes. Da quantidade participante, 5 escolas (ou 62,5%) conheceram os desempenhos de seus alunos nos testes.

Para que os resultados da escola e etapa avaliadas sejam divulgados é necessário um número suficiente de participantes: (i) mínimo de 10 alunos matriculados e presentes no momento da prova; (ii) exigência da presença de 80% das matrículas declaradas pela escola ao Censo Escolar. Sobre os efeitos desses critérios, do ponto de vista prático, além da insuficiência de participantes, uma escola pode não ter seu desempenho calculado no Saeb porque “não participou ou não atendeu aos requisitos necessários”, mas também por efeito de solicitação própria de não divulgação de seus resultados, nos termos normativos correspondentes (INEP, 2020a).

O quantitativo total de escolas do estado amapaense mostra que a não participação pelo não cumprimento do critério de suficiência de participantes foi reduzida de 65 para 48 escolas – exclusão com decréscimo de 26,15% no período. A quantidade de estabelecimentos presentes aumentou de 77 para 100 escolas, representando um acréscimo de 29,87% em dois anos. Ao mesmo tempo, porém, aumentou de 29 para 35 o número de unidades de ensino em situação de não participação na prova ou de não atendimento aos requisitos necessários para participarem. Essa variação correspondendo ao aumento de 20,69% na quantidade de escolas excluídas, entre as duas edições, revelando-se o critério mais impactante, considerando que foram positivas as variações percebidas na participação, tanto em relação às escolas sem divulgação de resultados (decréscimo de aproximadamente 26%) quanto àquelas com desempenhos e médias divulgados (crescimento de cerca de 30%).

Observa-se nas duas dependências administrativas uma variação (de 171 para 183) na quantidade total do conjunto de escolas estaduais e municipais previstas, entre participantes ou não, representando um aumento de 7,02%, no período. A maior variação proporcional ocorre no âmbito estadual (de 149 para 160 escolas), com 7,38% de aumento, onde a maior interferência dos critérios do Saeb está relacionada aos efeitos relacionados à situação de não-participação, que variou de 10,07% para 12,50% e correspondeu ao aumento de 33,33%. A mesma situação de não-participação ocorreu com a administração municipal, com aumento proporcional de 63,63% para 65,22%, que apresenta um acréscimo de 7,14%, entre as duas

edições. Nesse mesmo âmbito municipal as duas circunstâncias previstas para a participação foram desfavoráveis, sendo a situação de sem divulgação aumentada em 50%, enquanto houve decréscimo de 20% nas escolas com resultados divulgados.

3. CONCLUSÃO

Como visto no final da subseção que trata dos critérios de seleção, a redução da população de referência da etapa do 9º ano foi ocasionada pela retirada do alto número de matrículas em turmas multisseriadas e correção de fluxo escolar do quantitativo da população alvo, para composição da população de referência da edição de 2019. Essa situação supõe uma maior capacidade do Saeb na identificação do quantitativo de elementos (matrículas, turmas e escolas) que compõem a população de efetiva participação. Por outro lado, pode indicar a dimensão do problema relacionado ao atendimento de alunos com diferentes níveis de desenvolvimento e presentes na mesma sala de aula situada em uma localidade de difícil acesso.

O Censo da Educação Básica do Estado do Amapá para o ano de 2019 (INEP, 2020c) indica a existência de 229 escolas dos anos finais do ensino fundamental, sendo 200 unidades administradas pelo estado e 29 pertencente ao âmbito municipal. Com esse quantitativo, a proporção do número de escolas previstas em relação ao total de escolas existentes da segunda etapa do ensino fundamental é de 79,91% (ou de aproximadamente 80%). Tal comparação indica a extensão da presença do 9º ano do ensino fundamental amapaense no processo Saeb, expressa a possibilidade de melhoria nos indicadores das situações de participação e não participação e reforça a necessidade do tratamento dos efeitos excludentes dos critérios relacionados.

Na totalidade de escolas, o critério excludente referente à insuficiência de alunos participantes registra o menor impacto na edição do Saeb do ano de 2019. Os efeitos mais influentes referem-se aos critérios relacionados à situação de não participação, sendo esta mais excludente para escolas estaduais e municipais. A variação entre as edições nesse quesito significou um aumento de 20,69% na exclusão de escolas verificada no período. O âmbito municipal também foi sensível aos critérios relacionados à situação de participação com divulgação dos resultados.

O cenário aponta para a necessidade dos indicadores de participação serem ampliados por iniciativas de gestores educacionais, que busquem um aumento crescente da participação

de municípios e escolas, nessa etapa. É o caso do Pará e Maranhão, que possuem localizações geográficas próximas ao estado do Amapá e, apesar de suas dimensões territoriais e populacionais, apresentam iniciativas resultantes do envolvimento com avaliações em larga escala. Ambos realizaram ações específicas voltadas à conscientização de alunos e à formação continuada de gestores escolares e de sala de aula. Para lidar diretamente com as questões de aprendizagem, somente o estado do Pará (até 2015) já contava com sistema próprio de avaliação (SisPAE¹² – anunciado em 2014) e a assessoria do CAED/UFJF (BERTAGNA; BORGHI, 2018). O Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA) foi implementado em 2019, através da parceria do CAED/UFJF¹³.

No ano de 2017, Pará e Maranhão apresentaram iniciativas de informação e formação ao público estudantil e grupos de gestores escolares, que serviram de incentivo à participação dos alunos nas avaliações externas do Saeb. Esse tipo de procedimento parece razoável, na medida em que permite a mobilização municipal e escolar em torno do desempenho nos testes e pode trazer aos envolvidos o benefício de qualificação do trabalho pedagógico e de gestão escolar. Tais medidas podem resultar em uma participação mais quantificada, a partir da presença efetiva nas provas do Saeb, e melhor qualificada por iniciativas de formação profissional de gestores e professores. No entanto, para que ocorram mais e melhores desempenhos nas avaliações em larga escala é preciso considerar que a qualificação produtora dos resultados dos alunos será tanto melhor percebida quanto mais for aumentada a participação do conjunto de elementos (alunos, turmas e escolas) presentes nos testes.

Os resultados observados sugerem ainda não ser permitido que o desempenho educacional amapaense seja medido a partir de um retrato fiel da realidade. Sabe-se que, a partir de ações voltadas para as diferentes redes de ensino, que fomentem a gestão pública de municípios e escolas, é desejável que os resultados das subseqüentes participações em avaliações de larga escala resultem na produção de índices e indicadores de eficácia do trabalho educacional desenvolvido também na segunda etapa do ensino fundamental. Para tanto, as redes de ensino locais devem garantir a presença física dos alunos nas provas, promovendo a atuação de mais escolas de todos os municípios amapaenses.

A correlação entre os critérios de participação na prova e a divulgação dos resultados dos testes revela que o foco exclusivo na quantidade de alunos sustenta uma situação que interfere no comparecimento às provas. À época da aplicação da Prova Brasil 2017, por exemplo, a taxa mínima de participantes, no momento de aplicação das provas, era de 10

¹² Disponível em: <<https://sispae.vunesp.com.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

¹³ Disponível em: <<http://seama.caedufjf.net/o-sistema/apresentacao/>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

alunos matriculados nos 5º e 9º anos. Para que a escola participante tivesse seu resultado de desempenho divulgado, a presença dos alunos matriculados deveria ser de pelo menos 50% do número de matrículas informadas pela escola ao último Censo Escolar. Ocorre que a escola tem sua participação validada por possuir 10 alunos ou mais, devidamente matriculados na etapa de ensino, mas sua atuação pode ser interrompida quando não tem acesso aos resultados obtidos pelos alunos na prova, desmotivando e desmobilizando profissionais e alunos envolvidos.

Acerca disso, argumenta-se que os critérios de divulgação dos resultados de escolas, municípios e estados, para garantirem a visibilidade do desempenho dos alunos nas provas, devem ser estabelecidos também em relação às recentes variações de matrículas e as diminuições da quantidade de estudantes matriculados no último ano da etapa de ensino, por ocasião da prova.

A esse respeito, sabe-se que houve redução da quantidade de escolas da etapa de anos finais do ensino fundamental em 629 estabelecimentos (diminuição de 1%) (INEP, 2018c), ocorrida durante o período de diminuição de 3,7% do número de matrículas feitas nos anos finais, em relação às matrículas do ano de 2015 (INEP, 2020b), apresentando outras reduções em sequência de queda nos anos seguintes (2,8%, 0,9% e 0,8%). Em particular, os estados do Amapá, Pará e Maranhão, em um período de dez anos (2007 a 2017), obtiveram diminuições proporcionais no número de matrículas estaduais da educação básica. O Amapá obteve queda de 18,1% (-27.310) e as maiores proporções de redução foram atingidas pelo estado do Maranhão, que não matriculou 191.414 estudantes (-35%), enquanto o Pará deixou de obter 201.062 matriculados (-25,5%) (DAVIES; ALCÂNTARA, 2020). O segundo estado que mais matriculou proporcionalmente na educação básica foi o Amapá, com 23.234 matriculados (44,2%), ficando atrás apenas de Roraima (99,4%), mas houve restrição de matrículas para o Pará (-49.692 ou -3,2%) e Maranhão (-106.475 ou -6,8%), conforme Davies e Alcântara (2020).

Ainda mais, os critérios de divulgação dos resultados devem prever e favorecer o aumento da participação de municípios e a tendência de redução proporcional da população dos municípios brasileiros com menos de vinte mil habitantes. É necessário considerar, ainda, o quantitativo de escolas com menos de 50 alunos matriculados na segunda etapa do ensino fundamental, por município. Reitera-se, assim, que tais mudanças podem contribuir para diminuir a recorrente dificuldade dos estudantes em alcançar as metas do Ideb, nessa etapa. Os dados das variações desse índice apresentam implicações dos indicadores de participação para a implementação de uma política de participação dos municípios no processo Saeb.

Pretende-se, assim, obter algum efeito na consolidação de um estado de consciência adequado às gestões municipal, escolar e de sala de aula. A partir da disponibilização dos resultados desta pesquisa, que sejam buscados os fins de utilização institucional e docente, de modo que o processo Saeb seja considerado um momento previsto na formação escolar.

Diante do exposto, constata-se um quadro que requer um envolvimento progressivo de escolas, que agregue um número cada vez maior de alunos e aumente os índices de proporcionalidade na participação de avaliações em larga escala do Saeb, contribuindo para uma melhor percepção da equidade desejada aos resultados educacionais.

Partindo-se do pressuposto de que sistemas como o Saeb venham a fazer parte da rotina do trabalho escolar, é possível que a maior presença física dos alunos na prova possa exercer influência no andamento do aprendizado. Em tese, se a atividade regular do coletivo escolar alcançar os alunos em suas necessidades de aprendizagem, então é recomendável que hajam taxas crescentes de participação nas avaliações em larga escala, que expressem com fidedignidade a qualidade da educação alcançada.

Por fim, considera-se a existência de baixa representatividade escolar para uma efetiva participação no Saeb aplicado no estado do Amapá, que vem sendo supostamente impulsionada pelos critérios de seleção para atuação nas aplicações. Foi possível observar o alcance do efeito desses critérios nas situações de participação e não participação municipal e escolar, através de uma breve análise dos resultados obtidos.

Contudo, os requisitos de seleção para atuação no Saeb não devem permanecer restritos ao tratamento quantitativo dos números observados. Antes, requerem o acompanhamento das condições de participação de escolas e estudantes. A abrangência de municípios e escolas pode ser ampliada se alcançar aquela escola cuja ausência no processo Saeb esteja relacionada a determinados fatores, tais como: (i) condições climáticas do lugar (ocorrência de chuva); (ii) condições de maré (a maré baixa dificulta o comparecimento); (iii) condições de utilização sanitária da escola (acesso à água); (iv) condições de utilização do ambiente escolar (acesso à energia elétrica); e (v) distância até a escola (em localidade de difícil acesso).

A melhoria desse contexto de atuação depende principalmente do nível de interesse de gestores das políticas educacionais e gestores de escola e de sala de aula, que tenham em vista o desenvolvimento de iniciativas de envolvimento com avaliações externas em larga escala e a decorrente utilização dos produtos dessa participação.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M. M. O. N. **Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, Brasília. 2015. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/23019>. Acesso em: jan. 2020.
- ALVES, M. T. G.; FERRÃO, M. E. **Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação**. Em: **Estudos em Avaliação Educacional**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, v. 30, n. 75, p. 688-720, set./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/eae.v0ix.6298>. Acesso em: 05 set. 2020.
- BAUER, A.; PIMENTA, C. O.; NETO, J. L. H.; SOUSA, S. Z. L. Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: o que dizem os números? Em: **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 326-352, maio/ago. 2015.
- BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. F. Sistemas de avaliação dos estados no Brasil: avanços do gerencialismo na educação básica. Em: **Revista Teias: Cotidianos, Políticas e Avaliação**, v. 19, n. 54, Jul./Set. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/36248>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: Interfaces com o currículo da/na escola. Em: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 73-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em: jan. 2020.
- BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. Seção 2 – As avaliações chegam à maioria – Introdução. Em: **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. P. 85-92.
- BROOKE, N.; CUNHA, M. A. A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. Em: **Estudos e Pesquisas Educacionais – Volume 2**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011. p. 36-41.
- DAVIES, N.; ALCÂNTARA, A. B. A evolução das matrículas na educação básica no Brasil. Em: **Rev. HISTEDBR On-line**, v. 20, Campinas, SP: 2020. p. 1-27. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656916/22646>. Acesso em: 05 set. 2020.
- FRESNEDA, B. Indicadores educacionais. Em: SIMÕES, A.; FRESNEDA, B. (org.). **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. P. 9-36. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>. Acesso em: jan. 2020.
- GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. Em: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- INEP. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira/Saeb-2005. **Primeiros Resultados: Médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada**. Brasília-DF: MEC/Inep, 2007. Disponível em: <http://mapeal.cippecc.org/wp-content/uploads/2014/06/SAEB-resultados-1995-2005-X.pdf>. Acesso em: 21 OUT. 2020.

_____. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Portaria ministerial nº 447, de 24 de maio de 2017: estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2017**. Brasília-DF: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/editais-e-portarias>>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Relatório SAEB (ANEB e ANRESC) 2005-2015: panorama da década**. Brasília: INEP, 2018a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/1473828>. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2017, Notas Estatísticas**. Brasília-DF, MEC/Inep, 2018b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica Saeb 2017**. Brasília-DF: INEP, 2018c. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/nota_tecnica_saeb2017_2018-08-29.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica Saeb 2019**. Brasília-DF: INEP, 2019a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2019/documentos/Nota_tecnica_Detalhamento_da_populacao_e_resultados_do_Saeb_2019.pdf

_____. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Portaria ministerial nº 366, de 29 de abril de 2019: estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019**. Brasília-DF: INEP, 2019b. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-366-de-29-de-abril-de-2019-86232542>>. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Planilhas de resultados e metas do Ideb**. Brasília-DF: INEP, 2020a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico**. Brasília-DF, 2020b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/6874720>. Acesso em: 24 out. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico do Estado do Amapá: Censo da Educação Básica Estadual 2019**. Brasília-DF: INEP, 2020c. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_amapa_censo_da_educacao_basica_2019.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

JÚNIOR, A. P. S.; NOVI, J. C.; FERREIRA, J. Práticas escolares e desempenho dos alunos: uso das abordagens quantitativa e qualitativa. Em: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37,

nº. 134, p. 217-243, jan.-mar., 2016. <<https://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00217.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2020.

JÚNIOR, A. P. S.; NOVI, J. C. Proposta de práticas administrativo-pedagógicas que possam contribuir para o desempenho dos alunos de escolas municipais do ensino fundamental na Prova Brasil. Em: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.23, n. 88, p. 631-662, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362015000300631&script=sci_abstract>. Acesso em: 08 set, 2020.

LACRUZ, A. J.; AMÉRICO, B. L.; CARNIEL, F. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. Em: **Revista Brasileira de Educação**. v. 24, e240002, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782019240002>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MCNEELY, C. L. Prescrevendo as políticas nacionais de educação: o papel das organizações internacionais. Em BROOKE, Nigel (org.). **Marcos Históricos na Reforma da Educação**. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2012.

PONTES, L. A. F. **Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, s/d. Disponível em: <<http://central.caedufjf.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf>>. Acesso em: jan. 2020.

RIETHER, M.; RAUTER, R. A metodologia de amostragem do Saeb. Em: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 197, p. 143-153, jan./abr., Brasília, 2000. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1327>>. Acesso em: 05 set. 2020.

ROSISTOLATO, R.; PRADO, A. P.; MARTINS, L. R. A “realidade” de cada escola e a recepção de políticas educacionais. Em: **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, vol. 26, nº 98, p. 112-132, jan./mar., Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601074>>. Acesso em: 09 set. 2020.

SCHWARYZMAN, S.; COX, C. Coesão social e políticas educacionais na América Latina. Em: **Políticas educacionais e coesão Social: uma agenda latino-americana**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: iFHC, 2009, p. 1-27. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/edcoesao_port.pdf>. Acesso em: jan.2020.

SOARES, S.; RAZO, R.; FARINAS, M. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis. Em: **A educação no Brasil rural**. Alvana Maria Bof (org.) [et al.]. Brasília: INEP, 2006, p. 47-67. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+educa%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil+rural/6f20b4f1-a40e-4d78-baea-a1f63f191041?version=1.3>>. Acesso em: 30 out. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. São Paulo, Editora Moderna, 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. Centro de Difusão do Conhecimento. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Juiz de Fora: UFJF, 2019.

Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/56/2008/11/Manual-de-normalização-2019-versão-1.2-ago.2019.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

WELTER, C. B. **Os invisíveis da Prova Brasil: uma análise da avaliação em larga escala considerando a posição (ou a visibilidade) dos alunos**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Leopoldo (RS), 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6010>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

VIANNA, H. M. A prática da avaliação educacional: algumas colocações metodológicas. Em: **Cadernos de Pesquisa**, nº 69, 1989. p. 40-47. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208663>>. Acesso em: abr. 2020.